

**"NÃO CHEGUEI DE APRENDER NADA"
ÁREAS DE VARIAÇÃO E TENDÊNCIAS DE MUDANÇA NO PORTUGUÊS DE
MOÇAMBIQUE**

INÊS DUARTE, ANABELA GONÇALVES, MATILDE MIGUEL, MARIA ANTÓNIA MOTA
(Dep. de Linguística Geral e Românica, Faculdade de Letras de Lisboa)

A constituição de uma base de dados sintáctica cobrindo várias variedades do Português contemporâneo permitiu confirmar áreas de variação léxico-sintáctica já observadas e descritas em estudos anteriores e detectar outras ainda não referidas na literatura.

Nesta comunicação centrar-nos-emos no estudo comparativo do Português europeu (PE) e do Português de Moçambique (PM). Como é sabido, os falantes de PM são maioritariamente bilingues, tendo como língua materna uma das línguas da família *bantu*. Esta situação tem evidentes consequências na gramática do PM, como se verá nas análises que propomos para os seguintes fenómenos:

1. Supressão de preposições introdutoras de argumentos internos não oracionais;
2. Alterações no sistema *COMP*;
3. Distribuição do Infinitivo flexionado em estruturas de Controlo e de Elevação;
4. Meios de expressão da referência arbitrária;
5. Distribuição dos nomes simples.

1. Supressão de preposições introdutoras de argumentos internos não oracionais

Objectos indirectos humanos podem ocorrer em PM sem preposição, devido a propriedades das línguas *bantu* (cf. P. Gonçalves 1990 para o PM; Baker 1988 e Marantz 1993, para as línguas *bantu*)¹:

- (1) (a) não explicámos tudo *aquela senhora*
 (b) entreguei [o meu neto] *a mãe*

O fenómeno alarga-se a objectos não humanos que, em PE, são introduzidos por *a* (cf. (2)) e por outras preposições (cf. (3)), como é notado em P. Gonçalves (1996):

- (2) (a) se conseguíssemos obedecer *essas leis* iríamos diminuir muita coisa
 (b) o doutor Mondlane assistiu *nosso jogo*
 (3) (a) a vida camponesa é só confiar *a enxada* (*em=>0*)
 (b) é aí que começo implicar *certas normas de casa* (*com=>0*)
 (c) mas eles abusam *o volante* (*de=>0*)
 (d) para subir *chapa cem* são quinhentos meticais (*para=>0*)

A reanálise de argumentos preposicionados do PE como argumentos nominais no PM pode dever-se à incorporação de extensões verbais (analisáveis como preposições ou como morfemas presos de natureza verbal) no verbo, responsáveis pela legitimação casual dos argumentos nominais, na linha do que sugerem, respectivamente, Baker 1988 e Marantz 1993. Nestas condições, é compreensível o diminuto papel que assumem nas línguas *bantu* as preposições na legitimação casual de argumentos nominais, por oposição ao que acontece no PE, pelo que há naquelas línguas poucos transitivos indirectos.

2. Alterações no sistema COMP

No *corpus* analisado, as completivas finitas objecto dependentes de verbos transitivos ocorrem tipicamente precedidas de preposição. Observa-se uma correlação entre a preposição seleccionada e o modo da completiva: assim, *de* ocorre com completivas no indicativo (cf. (4)), enquanto *para* introduz completivas no conjuntivo (cf. (5)), como já fora notado em Gonçalves & Maciel (1998) e Stroud & Gonçalves (1998):

- (4) (a) às vezes diziam *de* que eu sou chefe da casa
 (b) o professor sabe *de* que é a sua namorada
 (c) vi *de* que afinal de conta o meu amigo era muito mau
 (5) sugiro *para* que se mude a lei

Para além destes aspectos já antes referidos na literatura, observaram-se igualmente ocorrências da preposição *com* introduzindo completivas objecto no conjuntivo (cf. (6)) e da preposição *de* introduzindo completivas não finitas em frases copulativas (cf. (7)):

- (6) (a) os treinos sempre exigem *com* que uma pessoa coma
 (b) o namoro permite *com* que as duas pessoas se conheçam
- (7) (a) já é difícil *de* largar tudo aquilo quando chega a casa do marido
 (b) é muito difícil *de* conseguir suportar a vida
 (c) aí a nossa tendência foi *de* verificar se de facto as armadilhas eram ou não nossas
 (d) o que me marcou...é *de* eu ter tido filhos

A opacidade de *que* em PE pode ter levado os falantes de PM a uma reanálise do sistema *COMP* na seguinte direcção:

- (i) *que* é reanalisado como complementador universal que introduz qualquer subordinada finita (cf. Gonçalves & Maciel 1998);
 (ii) em construções correspondentes a completivas finitas em PE, *que* é utilizado como *quotative marker* (cf. Rivero 1994, Gonçalves & Maciel 1998) e não como complementador, i.e., introduz discurso citado, como se infere do tempo e das pessoas na segunda oração:

- (8) (a) O cuco disse *que* fazemos uma aposta. [Gonçalves & Maciel 1998: 34]
 (b) Respondeu *que* eu não vou sofrer. [*id.*: 34]
 (c) A população disse *que* vamos queimar este ladrão. [*ibid.*: 34]

- (iii) o complementador universal que introduz completivas finitas é complexificado com preposições que codificam o modo da oração subordinada (cf. Rivero 1994, Gonçalves & Maciel 1998):
de que introduz completivas no indicativo;
para que e *com que* introduzem completivas no conjuntivo;
- (iv) nos casos em que existe reestruturação do predicado secundário com o verbo copulativo (cf. (7a,b)) ou elevação do predicado, originando copulativas invertidas (cf. (7c,d)), a preposição *de* assinala a função de sujeito da completiva que ficou *in situ*. Esta hipótese terá de ser testada com verbos principais que seleccionam completivas sujeito e com copulativas não invertidas, o que exigirá uma elicitación de dados que não nos foi possível fazer.

3. Distribuição do Infinitivo flexionado em estruturas de Controlo e de Elevação

Em PE, as estruturas de Controlo e de Elevação têm em comum a ocorrência de Infinitivo não flexionado no domínio encaixado e a não realização do Sujeito encaixado, ainda que as categorias vazias que ocupam essa posição tenham propriedades distintas - *PRO*, nas estruturas de Controlo, e cópia do

constituente movido para a posição mais alta de Sujeito, nas estruturas de Elevação. Os exemplos em (9) e (10) são ilustrativos das propriedades destas construções em PE:

- (9) (a) Os alunos querem discutir as notas com os professores.
 (b) *Os alunos querem discutirem as notas com os professores.
 (c) Os alunos podem discutir as notas com os professores.
 (d) *Os alunos podem discutirem as notas com os professores.
- (10) (a) *O João quer a Maria visitar a EXPO.
 (b) *Os meninos podem a Maria ir à EXPO.

De acordo com análises recentes, tanto as derivações como as representações devem nortear-se por princípios de economia (Chomsky 1991, 1995). Assim, por um lado, os passos de uma derivação devem ser reduzidos àqueles que são obrigatórios para a convergência (economia nas derivações) e, por outro lado, só devem projectar-se as categorias para as quais se tem evidência (Grimshaw 1993, Thráinsson 1996, A. Gonçalves 1998).

De acordo com o princípio de economia nas representações, assumiremos que, em PE, o complemento infinitivo dos verbos de Controlo e de Elevação é de categoria TP, não se projectando C (dado que não pode ocorrer Movimento-Q internamente ao complemento infinitivo - cf. (11)) nem AgrS (visto que não ocorrem Sujeitos lexicais em posição pré-verbal, nem Infinitivo flexionado - (cf. (10) e (9b, d)):

- (11) (a) *O João quer a quem escrever a carta.
 (b) *O João pode o que escrever à Maria.

Nesta perspectiva, o que distingue os verbos de Controlo e os de Elevação em PE não é a categoria do seu complemento (como se assumia nas análises elaboradas no quadro da Teoria da Regência e da Ligação), mas as propriedades dos núcleos funcionais, nomeadamente de T, do domínio infinitivo. Assim, no caso das construções de Controlo, T não finito verifica o Caso nulo do PRO sujeito do complemento infinitivo (cf. Martin 1992, Chomsky & Lasnik 1993); no caso das construções de Elevação, T não finito não tem traços casuais, pelo que o DP correspondente ao Sujeito encaixado tem de se mover para o domínio mais alto a fim de verificar o Caso nominativo.

Em PM, paralelamente a construções como (9a, c), pode ocorrer Infinitivo flexionado no domínio encaixado, como se verifica em (12) para construções de Controlo e em (13) para construções de Elevação:

- (12) (a) os casados a divorciarem-se e - também a querer *divorciarem-se*

- (b) limitam-se a *criarem* sei lá barulho
- (c) os professores não conseguem *darem* aulas
- (13) (a) são aquelas pessoas que podem-se casar hoje e no dia seguinte *separarem*
- (b) as pessoas de lá parecem *terem* um horário para poderem se *separarem* da cidade
- (c) quando estávamos para *descermos*

A ocorrência de Infinitivo flexionado nestas construções parece ser uma propriedade geral do PM, que utiliza mais sistematicamente este Infinitivo do que o PE. Efectivamente, em contextos em que o PE admite tanto a forma não flexionada como a flexionada, sendo a não flexionada a mais utilizada, o PM prefere a flexionada, como se ilustra em (14):

- (14) (a) um gramofone a tocar nós a dançarmos (PE: a dançarmos/
a dançar)
- (b) ignoram o risco que correm ao *andarem* pendurados (PE: ao
andarem/ao andar)
- (c) sente-se muito mal - os músculos a *doerem* (PE: a doerem/
a doer)

A ocorrência de estruturas paralelas a (9a, c) e de estruturas como (12) e (13) em PM pode explicar-se se considerarmos que os verbos de Controlo e de Elevação do PM podem seleccionar dois tipos de complementos infinitivos.

Se o complemento for de categoria TP, C e AgrS não se projectam, pelo que ocorre a forma não flexionada do Infinitivo como em PE. Se um verbo de Controlo seleccionar um complemento de categoria AgrSP, a categoria vazia na posição de Sujeito da encaixada não é *PRO* mas *pro*, categoria a que estão associados traços- ϕ , o que explica a concordância Sujeito-verbo que se manifesta no domínio encaixado.

Se for um verbo de Elevação a seleccionar um complemento de categoria AgrSP, uma vez que T não finito neste contexto não tem traços casuais, o traço de Caso (nominativo) associado ao DP continua acessível para a computação. Na posição de [Spec, AgrSP] encaixado são verificados o traço EPP de AgrS e os traços- ϕ associados ao DP. Com a verificação destes últimos é desencadeada a concordância Sujeito-verbo no domínio infinitivo. O DP em causa sobe então para [Spec, TP] matriz, onde verifica Caso nominativo contra os traços de T superior, e para [Spec, AgrSP] matriz, onde verifica, de novo, os seus traços- ϕ e, ainda, o traço-EPP de AgrS².

4. Meios de expressão da referência arbitrária

Na literatura sobre referência ou interpretação arbitrária tem sido notada a existência de construções com dois tipos de interpretação: existencial e universal (cf. Rizzi 1986, Cinque 1988, Authier 1989, Hernanz 1990). Estes dois tipos de interpretação arbitrária podem ser ilustrados através dos exemplos (15) e das respectivas paráfrases, apresentadas informalmente em (16):

- (15) (a) *pro* bateram à porta. (\exists IA)
 (b) Se *pro* chegas a horas ao emprego, o chefe adora-te. (\forall IA)
 (16) (a) Existe pelo menos um *x*, *x*=pessoa, tal que *x* bateu à porta.
 (b) Seja qual for *x*, *x*= pessoa, se *x* chega a horas ao emprego, o chefe adora *x*.

As propriedades dos dois tipos de interpretação arbitrária encontram-se sintetizadas no quadro seguinte (cf. Cinque 1988: 546; Hernanz 1990: 92-98) e exemplificadas em (17)-(22):

PROPRIEDADES	<i>arb</i> EXISTENCIAL	<i>arb</i> UNIVERSAL
Compatível com referência temporal específica ((17) vs (18))	Sim	Não
Compatível com referência temporal genérica ((17) vs (18))	Sim, salvo com <i>pro</i> 3 ^a p. pl.	Sim em todos os casos
Restrita a DP's sujeitos θ -marcados ((19) vs (20))	Não, salvo com <i>pro</i> 3 ^a p. pl.	Não
Obrigatória referência idêntica dos DP's <i>arb</i> ³ ((21) vs (22))	Não	Sim

- (17) (a) *pro* disseram-me que não levantasse problemas. (\exists IA)
 (b) *pro* estão a dizer-me que não levante problemas. (\exists IA)
 (18) (a) *PRO* querer é poder. (\forall IA)
 (b) *PRO* querer foi poder. (\forall IA)
 (19) (a) O juiz mandou *PRO* chegar a horas. (\exists IA)
 (b) *pro* chegou-se tarde demais para impedir o confronto. (\exists IA)
 (c) *pro* nunca chegam a horas. (\exists IA)
 (20) (a) *PRO* chegar atrasado é meio caminho andado para ter problemas. (\forall IA)
 (b) *pro* chegas a horas ao trabalho e o chefe adora-te. (\forall IA)
 (21) *pro*_i arranjaram-me o fogão, paguei e logo a seguir *pro*_i tocaram à porta: eram os convidados para o jantar. (\exists IA)
 (22) *pro*_i ajudas os teus amigos mas não *pro*_{v_i} recibes ajuda de nenhum deles. (\forall IA)

Em PE, *PRO* em infinitivas encaixadas sem controlador na oração superior, *se* impessoal e *pro* sujeito de um verbo na terceira pessoa do plural têm uma interpretação arbitrária basicamente existencial (cf. (23)); contudo, em contextos que induzam uma referência temporal não específica, como é o caso do presente e de quantificadores não selectivos⁴, os DP's relevantes das duas primeiras construções podem receber interpretação arbitrária universal (cf. (24)):

- (23) (a) O reitor mandou [*PRO* adiar a sessão]. (\exists IA)
 (b) *pro* falam de uma remodelação governamental. (\exists IA)
 (c) *pro* fala-se de uma remodelação governamental. (\exists IA)
 (24) (a) Nestas circunstâncias, o juiz permite sempre *PRO* aguardar o julgamento em liberdade. (\forall IA)
 (b) Nem sempre *pro se* consegue ser imparcial. (\forall IA)

Por seu lado, *PRO* em infinitivos equativos e *pro* sujeito de um verbo na segunda pessoa do singular⁵ têm uma interpretação arbitrária universal (cf. (20)).

Também indefinidos singulares como *uma pessoa*, *um indivíduo*, e o colectivo *a gente* em contextos de referência temporal não específica podem ter interpretação arbitrária universal (veja-se o contraste entre as frases (a) e (b) de (25) e (26)):

- (25) (a) *Uma pessoa* cansa-se de tanta incompetência. (\forall IA)
 (b) *Uma pessoa* cansou-se de tanta incompetência. (*IA)
 (26) (a) Numa grande cidade, *a gente* bem pode pedir ajuda que ninguém liga. (\forall IA)
 (b) *A gente* bem pediu ajuda mas ninguém ligou. (*IA)

A distribuição dos DP's com IA existencial tem levado vários autores a sugerirem que a legitimação desta construção está directamente associada à relação privilegiada de concordância entre sujeito e núcleo de IP. Numa teoria mais articulada da estrutura de IP, e dado o papel de T na definição dos contextos propiciadores de IA existencial e universal, poder-se-á sugerir que é este o núcleo funcional relevante.

Assim, é possível admitir que *PRO* não controlado em infinitivas encaixadas e *se* impessoal são introduzidos na numeração com o traço *arb*, e que, através da relação de Especificador-Núcleo ou de Núcleo-Núcleo com T, é disponibilizada a relação de IA existencial ou a IA universal. No que se refere a *pro arb* 3ª p. pl., o facto de só sujeitos argumentais admitirem IA (cf. (19c) vs (21)) leva a sugerir que o traço *arb* é atribuído pelo verbo à categoria vazia juntamente com o papel temático, sendo

a relação de Especificador-Núcleo com T dotado de referência específica a responsável pela IA existencial.

Quanto à IA universal, vários autores têm sugerido que esta interpretação decorre da presença de um operador não selectivo que liga tanto o DP com interpretação arbitrária como o nó T (cf. Lebeaux 1984, Authier 1989, Hernanz 1990).

Com efeito, o contraste entre exemplos como (27) e (28) mostra que a presença das expressões sublinhadas em (28) torna possível a IA universal do DP sujeito desta frase, contrariamente ao que acontece em (27):

- (27) (a) *pro* ficas deprimido. (*IA)
 (b) *pro* precisas de férias. (*IA)
- (28) (a) Quando as pessoas são sistematicamente injustas, *pro* ficas deprimido. (∇ IA)
 (c) Se *pro* trabalhas três anos sem parar, *pro* precisas mesmo de férias. (∇ IA)

Consideremos agora o caso da expressão da referência arbitrária em PM. No *corpus* do PM, encontram-se expressões de IA distintas das da variante europeia. Um dos casos mais frequentes é *pro* 3ª p. sing., que alterna com *se* impessoal:

- (29) (a) o que *pro* mais exigia é ter carta de condução e falar inglês (PM)
 o que *pro* mais *se* exigia é ter carta de condução e falar inglês (PE)
- (b) a vida é um bocado: pesada ...e então entre a família - *pro* consegue sobreviver - mas *pro* não consegue ter tudo quanto *pro* deseja (PM)
 a vida é um bocado: pesada ...e então entre a família- *pro* consegue-se sobreviver - mas *pro* não se consegue ter tudo quanto *pro* *se* deseja (PE)
- (c) na igreja *pro* ensinava mesmo a respeitar as pessoas (PM)
 na igreja *pro* ensinava-se mesmo a respeitar as pessoas (PE)

Assim, na gramática dos falantes que usam *pro* 3ª p. sing. para exprimir IA, um *pro* com estes traços morfológicos tem inerentemente o traço *arb*, contrariamente ao que ocorre na gramática do PE.

O outro caso que ocorre com alguma sistematicidade é a expressão de IA através de singulares definidos, em contextos em que a variante europeia prefere singulares indefinidos:

- (30) (a) *a pessoa* prefere divorciar-se do marido (PM)
uma pessoa prefere divorciar-se do marido (PE)
 (b) hoje mesmo *a pessoa* com a quarta classe pode não saber escrever
 ou escrever mal (PM)
 hoje mesmo *uma pessoa* com a quarta classe pode não saber
 escrever ou escrever mal (PE)
 (c) *a pessoa* deve-se arrastar a pé até chegar ali (PM)
uma pessoa deve arrastar-se a pé até chegar ali (PE)

5. Distribuição dos nomes simples

Desde o trabalho de Abney (1987), é generalizadamente aceite que o sintagma determinante, responsável pelo valor referencial da expressão nominal que encabeça, selecciona um complemento nominal obrigatório ([_{DP} [_D D NP]]), que é ele próprio dominado por uma projecção funcional (sintagma número).

O facto de qualquer expressão nominal ter de preencher requisitos semânticos (interpretação), morfológicos (partilha de traços ϕ entre o nome e o determinante que o selecciona) e eventualmente casuais (partilha de Caso entre o determinante e o nome em certas línguas) levou à formulação do princípio seguinte:

- (31) Uma "expressão nominal" é um argumento sse for introduzida por uma posição D lexicalmente preenchida.

Como, por definição, os nomes simples não preenchem a condição enunciada em (31) e como, por outro lado, existem línguas que não dispõem de determinantes, esta generalização parece constituir um paradoxo. No entanto, o comportamento, por exemplo, do Norueguês (cf. (32b)) e de dialectos itálicos meridionais (cf. (33)), em que o núcleo nominal se pode adjungir ao núcleo do determinante, levou Longobardi (1994, 1998) a admitir que, no Italiano padrão (cf. (34)), os nomes próprios e os nomes simples também se deslocam para o núcleo do determinante (por substituição), o que permite manter a validade do princípio (31)⁶:

- (32) (a) en bok
 um livro
 (b) boken
 livro-o
- (33) (a) sfortunatamente sirma muríu
 'infelizmente pai-meu morreu'
 (b) fratetu / frateti
 'irmão-teu irmãos-teus'

- (34) (a) Il mio Gianni ha telefonato
 (b) Gianni mio ha telefonato
 (c) *Il Gianni mio ha telefonato

Longobardi (1998) mostra ainda que os nomes simples em posição argumental recebem a mesma interpretação que nomes associados a indefinidos com realização lexical (cardinais, indefinidos, partitivos), ou seja, consoante os predicados com que se combinam e a posição em que ocorrem, têm uma leitura existencial ou genérica.

Recorde-se que a distribuição dos nomes simples em PE é a seguinte:

(i) Em posição de sujeito, os nomes simples singulares ocorrem apenas associados a enunciados com tempo genérico (gnómico, não deíctico), mas não os nomes simples plurais ((35) vs (36)). Os plurais recebem leitura existencial ou genérica, em função do contexto (cf. (36) vs (37)):

- (35) (a) Peixe alimenta-nos mais (*logo à tarde).
 (b) Vinho branco tira nódoas de vinho tinto (*logo à tarde).
 (c) Amor / dinheiro ajuda a criar bem-estar (*logo à tarde).
 (d) Criança pequena faz sempre asneiras.
 (e) *Criança pequena cantou as janeiras à porta das pessoas.
- (36) (a) Baleias brancas invadiram ontem a costa algarvia.
 (b) Vinhos de proveniência duvidosa invadiram recentemente o mercado.
 (c) Saudades incontroláveis fizeram-no voltar a casa.
 (d) Crianças pequenas cantaram as janeiras à porta das pessoas.
- (37) (a) (Os) gatos comem espinhas.
 (b) (Os) vinhos brancos fazem bem à saúde.
 (c) (As) saudades só trazem sofrimento.
 (d) (As) crianças pequenas dominam qualquer computador.

(ii) Em posição de subcategorização, os contáveis no singular (cf (38)) não são aceites pela maioria dos falantes, i.e. o traço singular não legitima uma posição de D vazia. No plural, recebem uma interpretação existencial (cf (39)):

- (38) (a) ??A Maria vê gato e foge!
 (b) ??Tu só compraste quadro mas ela comprou logo quadro com moldura.
- (39) (a) A Maria vê gatos e foge!
 (b) Tu só compraste quadros mas ela comprou logo quadros com molduras.
 (c) A Maria preferiu vinhos a licores

Como os exemplos mostram, em PE, só nomes simples ligados por certos operadores de genericidade (o tempo-aspecto de alguns predicados de "caracterização" de uma espécie, o tempo-aspecto "habitual", advérbios de quantificação apropriados e predicados do tipo-Q⁷ (*ser raro, abundar, ...*)) têm interpretação genérica. Nos restantes contextos, só são passíveis de leitura existencial.

Quanto aos nomes simples [+ contável], só os traços morfológicos de plural têm força quantificacional suficiente para os legitimar. Pelo contrário, os nomes simples [- contável] podem ser legitimados por qualquer traço de número.

Como é sabido, o núcleo funcional T desempenha um papel importante na legitimação destas expressões, uma vez que, quando argumento externo, os nomes simples (com valor existencial) são mais aceitáveis se estiverem em posição de especificador de TP (i.e. numa ordem VS, que permite que o operador temporal c-comande o DP simples); quando em posição de argumento interno, os nomes simples encontram-se sob o escopo de T, o que contribui, como no caso anterior, para a atribuição do seu valor existencial.

A observação do *corpus* situa a ocorrência dos nomes simples numa área de hesitação em PM, com uma tendência para uma maior frequência de nomes simples contáveis no singular, com leituras que se afastam, por vezes, da norma europeia. Nos exemplos seguintes, as expressões nominais contêm nomes contáveis que recebem uma interpretação existencial (cf. (40)):

- (40) (a) faço bebida
 (b) fazíamos banco
 (c) aqui já posso dizer que há carteira (...) o ensino cá é mais bem organizado
 (d) na minha zona nem temos chapa
 (e) temos trans- - problema de falta de transporte
 (f) com trinta meticais comprava cadernos - comprava lápiz - caneta - Livro e sei lá o quê (...)
 (g) o mais que eu tenho acompanhado é subida de preços

Também foram encontrados nomes simples no singular com uma leitura de descrição definida:

- (41) (a) eu acho que até próximo ano poderei concluir ensino
 (b) disseram-nos para apertar cinto
 (c) baixar preço -- também acho que não é a solução

Existem ainda casos de ambiguidade na leitura dessas expressões. Assim, em (42a, b), podem ser interpretadas como descrições definidas (singular) (*comprarem a passagem, fazer a experiência*), ou como existenciais (*comprarem passagens, fazer experiências*); (42c) recebe preferencialmente uma leitura existencial:

- (42) (a) eles haviam de mandar o dinheiro para comprarem passagem
 (b) chega naquele dia só para fazer experiência
 (c) eu posso sair daqui (...) apanho carro havia longas bichas para apanhar carro

Quando encaixados em preposições, a leitura dos nomes simples contáveis singulares parece ser preferencialmente de descrição definida (cf. *boneca, aluno e mulber*), por oposição ao plural *mulheres*, que tem um valor existencial:

- (43) (a) gosto de brincar com boneca
 (b) agora o professor não se responsabiliza por aluno
 (c) não há nenhuma profissão que não deve ser exercida por mulher
 (d) todas profissões devem ser exercidas por mulheres

O conjunto de dados apresentados mostra não só que a ocorrência de nomes simples apresenta uma frequência superior em PM, como também que, nesta língua, estas expressões podem adquirir o valor de descrição definida, excluído do PE.

Na medida em que os nomes simples ocupam preferencialmente uma posição de argumento interno, a sua distribuição deve-se provavelmente a vários processos em curso, que interagem:

(i) o enfraquecimento da posição de determinante com matriz fonológica e consequente perda de "força" dos traços que lhe estão associados permitiu o alargamento da distribuição dos nomes simples a posições em que, no PE, só a realização desse determinante legitima a expressão nominal;

(ii) o núcleo T parece funcionar, relativamente aos nomes simples, como um operador necessário e suficiente para legitimar essas expressões, quer ao nível sintáctico, quer ao nível semântico;

(iii) o núcleo D vazio com traços- ϕ [+sing] e [+def] c-comandado por um operador temporal tem capacidade para legitimar *nomes simples contáveis* com leitura de descrição definida.

Relembremos que, como salientado na introdução, a maioria dos falantes de PM tem como língua materna uma das línguas da família *bantu*. Como é sabido, nestas línguas, os nomes estão associados a um prefixo "classificador", cuja distribuição depende ainda da regra de formação de género a que

determinado nome obedece. Os dados de Suaili, citados em Carstens (1993:152), ilustram parcialmente este comportamento:

- | | | | |
|------|-----|----------------|-------------------|
| (44) | (a) | <i>m-tu</i> | 'pessoa' |
| | (b) | <i>wa-tu</i> | 'gente / pessoas' |
| (45) | (a) | <i>m-ti</i> | 'árvore' |
| | (b) | <i>mi-ti</i> | 'árvores' |
| (46) | (a) | <i>gari</i> | 'carro' |
| | (b) | <i>ma-gari</i> | 'carros' |
| (47) | (a) | <i>ki-atu</i> | 'sapato' |
| | (b) | <i>vi-atu</i> | 'sapatos' |
| (48) | (a) | <i>n-yumba</i> | 'casa' |
| | (b) | <i>n-yumba</i> | 'casas' |

Estes prefixos são interpretados pela mesma autora como marcas de número, o que lhe permite, por exemplo, derivar as seguintes regras de formação do singular e do plural para os nomes em (44) e (47), (cf. (49) e (50), respectivamente):

- | | | | | |
|------|-----|-----------|-----|---------------|
| (49) | (a) | singular: | N > | <i>m - N</i> |
| | (b) | plural: | N > | <i>wa - N</i> |
| (50) | (a) | singular: | N > | <i>ki - N</i> |
| | (b) | plural: | N > | <i>vi - N</i> |

O exemplo em (51) mostra ainda que, nestas línguas, ao contrário do que acontece em PE, podem ocorrer nomes simples, no singular, com leitura de descrição definida:

- (51) *N-yanya a-li-fariki zamani* (cf. (8c) de Carstens 1993)
 'avó morreu há muito tempo'
 (*a avó* morreu há muito tempo)

Estes dados, conjuntamente com observações relativas à ordem de constituintes no DP, levam Carstens (1993:171) a assumir, como Longobardi (1994) o faz relativamente aos nomes próprios do Italiano, que, nas línguas *bantu*, o núcleo nominal sobe até o núcleo D^o (confronte-se (52) com (34)):

- (52) *picha hii yangu nzuri ya Busi* (cf. (40) de Carstens 1993)
 'fotografia esta minha boa de Busi'
 (esta minha linda fotografia de Busi)

Tendo em conta a análise proposta por Carstens (1993) para o DP em línguas *bantu*, que não dispõem de artigos, podemos interpretar o uso que os falantes de PM fazem dos nomes simples como resultado da interacção de duas gramáticas, no processo de aquisição de uma L2. Assim, em primeiro lugar, o parâmetro pertinente nas línguas maternas *bantu* (cf. (53)) é restringido em função da Gramática do Português (cf. (54)):

- (53) o traço formal de número [+ / - plural] é suficiente para legitimar expressões nominais
- (54) o traço formal de número [+ / - plural] é suficiente para legitimar expressões nominais em posições de subcategorização (PM)

Em segundo lugar, como sugerem dados como (40d), aqui renumerado como (55), o parâmetro relativo ao movimento de N que, segundo Carstens (1993), é fixado pelas línguas *bantu* (cf. (56)) não é adoptado pelos falantes que adquirem o Português como L2, sendo fixado o parâmetro característico do Português, mais económico (cf. (57)):

- (55) na minha zona nem temos chapa
- (56) Línguas *bantu*: N move-se para D
- (57) Português: N move-se para Num

6. Conclusões

O comportamento do PM apresentado e analisado nas secções anteriores aponta no sentido da alteração das propriedades dos núcleos funcionais. Assim, foi possível verificar que:

1. Ao nível de C,

- (i) *que* é reanalisado como complementador universal que introduz qualquer subordinada finita;
- (ii) em construções correspondentes a completivas finitas em PE, *que* é utilizado como *quotative marker*;
- (iii) o complementador universal que introduz completivas finitas é complexificado com preposições que codificam o modo da oração subordinada;
- (iv) nos casos em que existe reestruturação do predicado secundário com o verbo copulativo ou elevação do predicado, originando copulativas invertidas, a preposição *de* assinala a função de sujeito da completiva que ficou *in situ*.

2. Ao nível de AgrS,

- (i) T não finito seleccionado por AgrS é dependente e
 - (i.i) legítima Caso nominativo de *pro* (Controlo) ou
 - (i.ii) não tem traços de Caso associados (Elevação)
- (ii) existe Concordância Sujeito-Verbo na matriz e na encaixada.

3. Ao nível de D (ou, numa teoria mais articulada do DP, Nb),

- (i) o traço [+singular] com D vazio tem capacidade para legitimar nomes simples (com interpretação existencial e de descrição definida) e IA existencial;
- (ii) a combinação dos traços- ϕ [+sing] e [+def] especializou-se na expressão da IA universal.

A análise dos fenómenos acima referidos fornece novas evidências a favor da hipótese de que está em curso o desenvolvimento de uma variedade específica do Português em Moçambique, sendo reconhecíveis ora grandes tendências de mudança ora um conflito entre gramáticas alternativas que virá a ser resolvido pela fixação de um (novo?) valor para os parâmetros relevantes.

Notas

* Esta comunicação decorre do trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do projecto "O Português Europeu numa Perspectiva de Sintaxe Comparada" (PCSH/C/LIN/528/93). Agradecemos a disponibilização de uma amostra do "Português Oral de Maputo" aos responsáveis desse projecto.

1 De acordo com estes autores, as extensões verbais existentes nas línguas *bantu* podem ser analisadas como preposições incorporadas no verbo, legitimando casualmente argumentos DP (cf. Baker 1988), ou como afixos gerados num nó V em *VP-shells* larsonianas, que, após subida de V, podem legitimar casualmente argumentos DP (cf. Marantz 1993).

2 Tal só é possível se considerarmos que estes dois últimos traços são Interpretáveis, continuando acessíveis para a computação mesmo depois de verificados.

3 Jaeggli (1986) denominava esta propriedade "linked reference" obrigatória.

4 Como é sabido, os quantificadores não selectivos "bind all the variables in their scope indiscriminately" (Lewis 1975: 7).

5 Devido às propriedades específicas dos objectos nulos em PE (ora variáveis ligadas por um tópico zero, ora θ 's incorporados lexicalmente, ora instâncias de SV nulo), a interpretação arbitrária expressa através de objectos nulos é menos produtiva em PE do que no Castelhana (cf. Hernanz 1990), no Italiano (cf. Rizzi 1986) e no Francês (cf. Authier 1989):

- (i) Uma droga que deprime *pro* não é uma droga que se deva tomar.
- (ii) O bom tempo convida *pro* a passear.

(iii) *Uma terapêutica que torna *pro* inteligente é uma boa terapêutica *vs* Une thérapeutique qui rend *pro* intelligent est une bonne thérapeutique.

(iv) *O dinheiro não faz *pro* feliz *vs* El dinero no hace *pro* feliz.

6 Embora exemplos como *grandes amigos meus disseram-me que não vinhas* possam levar a sugerir que a projecção funcional em causa em PE não é D ou, alternativamente, que o princípio (31) possa ser satisfeito através de Move-F sem “pied piping”.

7 Cf. Chierchia (1993).

Referências Bibliográficas

- ABNEY, S. (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. MIT: Dissertação de PhD.
- AUTHIER, J. M. (1989) “Arbitrary Null Objects and Unselective Binding”. In Jaeggli, O. & K. Safir (orgs.) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer.
- BAKER, M. (1988) *Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- CARSTENS, V. (1993) “On Nominal Morphology and DP Structure”. In Mchombo, S. A. (org.) *Theoretical Aspects of Bantu Grammar*. 1. Stanford, California: CSLI Publications.
- CHIERCHIA, G. (1993) “Reference to Kinds Twenty Years Later”, *Conference on Events in Linguistics*. Israel: Bar Ilan University. Pp: 301-18.
- CHOMSKY, N. (1991) “Some Notes on Economy of Derivation and Representation”. In Freidin, R. (org.) *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, N. & H. LASNIK (1993) “Principles and Parameters Theory”. In Jacobs, A. et al. (orgs.) *Syntax: an International Handbook of Contemporary Research*. Berlin, N. Iorque: Walter de Gruyter.
- CINQUE, G. (1988) “On *Si* Constructions and the Theory of *arb*”. *Linguistic Inquiry*, 19: 4
- GONÇALVES, A. (1998) “On Restructuring Constructions in European Portuguese”. In *Proceedings of ConSOLE 6*. Leiden: SOLE
- GONÇALVES, P. (1990) *A Construção de uma Gramática de Português em Moçambique: Aspectos da Estrutura Argumental dos Verbos*. Universidade de Lisboa: Tese de Doutoramento.
- GONÇALVES, P. (1996) *Português de Moçambique. Uma Variedade em Formação*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- GONÇALVES, P. & C. MACIEL (1998) “Aquisição de Estruturas de Subordinação do Português/L2”. In Gonçalves, P. (org.) *Mudanças do Português em Moçambique. Aquisição e Formato de Estruturas de Subordinação*. A publicar.
- GRIMSHAW, J. (1993) *Minimal Projections, Heads and Optimality*. Rutgers University: Ms.

- HERNANZ, M. L. (1990) "Referencia Temporal e Interpretación Arbitraria: los Usos Universales del Índice ARB". In *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL.
- JAEGGLI, O. (1986) "Arbitrary Plural Pronominals". *Natural Language and Linguistic Theory*, 4: 1.
- LEBEAUX, D. (1984) "Anaphoric Binding and the Definition of PRO". In *Proceedings of NELS*, 14.
- LEWIS, D. (1975) "Adverbs of Quantification". In Keenan, E. (org.) *Formal Semantics and Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LONGOBARDI, G. (1994) "Reference and Proper Names: a Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form". *Linguistic Inquiry*, 25: 4.
- LONGOBARDI, G. (1998) "Bare Nouns and Proper Names: a Unified Parametric Theory". Conferência proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARANTZ, A. (1993) "Implications of Assymetries in Double Object Constructions". In Mchombo, S. A. (org.) *Theoretical Aspects of Bantu Grammar*. 1. Stanford, California: CSLI Publications.
- MARTIN, R. (1992) *On the Distribution and Case Features of PRO*. University of Connecticut: Ms.
- RIVERO, M. L. (1994) "On Indirect Questions, Commands and Spanish Quotative QUE". *Linguistic Inquiry*, 25: 3.
- RIZZI, L. (1986) "Null Objects in Italian and the Theory of pro". *Linguistic Inquiry*, 17: 3
- STROUD, C. & P. GONÇALVES (orgs.) (1998) *Panorama do Português Oral do Maputo*. Volume II. *A Construção de um Banco de "Erros"*. Cadernos de Pesquisa 24. Maputo: INDE.
- THRÁINSSON, H. (1996) "On the (Non-)Universality of Functional Categories". In Abraham, W. et al. (orgs.) *Minimal Ideas*. Amsterdão: John Benjamins.